

PANOPITISMO E A DOCILIZAÇÃO DOS CORPOS NA EDUCAÇÃO - UMA ANÁLISE DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO CONCEITO FOUCAULTIANO

Rita de Cassia Gontijo Dutra

Faculdade de Inhumas – FACMAIS – Inhumas/GO

Resumo: Este artigo se situa teoricamente dentro daquele corpo crescente de literatura relacionado com a análise de novas práticas de gestão e discursos na educação e a maneira como funcionam como tecnologias disciplinares destinadas a controlar, classificar e conter professores e alunos em escolas militares. A partir do modelo de poder disciplinar de Foucault, sugerimos que, longe de melhorar o desempenho e a qualidade do ensino e da pesquisa, a política atual tem sido construída mais de acordo com uma agenda política, cujo objetivo é o controle social e o reordenamento ideológico.

Palavras-chave: Panoptismo; Educação; Foucault.

Abstract: This article is theoretically situated within that growing body of literature related to the analysis of new management practices and discourses in education and the way they function as disciplinary technologies designed to control, classify and contain teachers and students in military schools. Based on Foucault's disciplinary power model, we suggest that, far from improving the performance and quality of teaching and research, current policy has been built more in line with a political agenda, whose objective is social control and reorganization ideological.

Keywords: Panopticism; Education; Foucault.

Como citar o artigo: DUTRA, R.C.G. Panopitismo e a docilização dos corpos na educação - uma análise das escolas públicas no conceito foucaultiano. *Rev. Cient. Novas Configur. Dialog. Plur.*, Luziânia, v. 2, n.2, p. 100 - 109, 2021.

1 INTRODUÇÃO

As recentes reformas da educação tiveram o objetivo explícito de tornar as instituições de ensino mais parecidas com empresas e fizeram uso crescente da linguagem e das técnicas de "gestão" para preparar os alunos para o mercado de trabalho. Cada parte da nova Base Nacional Comum Curricular foi justificada através de uma maior conexão entre as disciplinas e uma aproximação delas para a realidade do aluno e de mercado.

A introdução do ensino 'on-line' e outras estratégias de racionalização das estruturas visam, ostensivamente, melhorar a eficiência e a qualidade do ensino e da investigação no ensino. Essas estratégias incluem a redefinição das responsabilidades dos docentes, a 'racionalização' dos recursos pedagógicos e o uso crescente de declarações de missão, avaliação e índices estatísticos de desempenho do pessoal na atribuição de fundos.



Apesar de se falar em delegar responsabilidades ao corpo docente, o resultado tem sido uma redução da centralização de poder e autoridade. Este trabalho se propõe a considerar as funções e os efeitos das mudanças na educação, o panoptismo e a docilização dos corpos na educação, focalizando em particular nas escolas militares. Baseando-se no modelo do panóptico de Jeremy Bentham, adotado por Foucault em seu estudo sobre o tratamento do desvio e nas sociedades capitalistas, sugerimos que a prisão panóptica fornece um paradigma para a compreensão não apenas dos processos pelos quais o ensino está sendo reestruturado, administrado e controlado, mas também a epistemologia racionalista que fundamenta as noções governamentais de 'eficiência administrativa' e 'boa gestão'.

Assim, este artigo se situa teoricamente dentro daquele corpo crescente de literatura relacionado com a análise de novas práticas de gestão e discursos na educação e a maneira como funcionam como tecnologias disciplinares destinadas a controlar, classificar e conter professores.

A partir do modelo de poder disciplinar de Foucault, sugerimos que, longe de melhorar o desempenho e a qualidade do ensino e da pesquisa, a política atual tem sido construída mais de acordo com uma agenda política, cujo objetivo é o controle social e o reordenamento ideológico. O resultado disso provavelmente terá consequências devastadoras para a liberdade intelectual e o aprendizado dos alunos no ensino fundamental e médio em escolas militarizadas.

2 O DIREITO A EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES INICIAIS

O conceito de educação é muito amplo, mas a palavra educação origina-se do termo em latim E-ducare, que quer dizer guiar para fora. Logo, entende-se que o ato de educar é também o de conduzir, direcionar, mostrar o caminho a ser seguido e formar consciência.

Para início desse trabalho, deve-se ressaltar uma frase pregada por Paulo Freire (2000), o qual forneceu base a esse estudo: “A verdadeira educação é a prática da liberdade”.

Freire (2001) completa que educar é um ato político que visa transformação, liberdade e deve basear-se numa perspectiva emancipatória. Não se trata de uma educação mecânica ou vazia de significações, mas sim daquela que faz com que o sujeito aprenda a partir de situações concretas de suas vivências.

No art. 6 da Constituição Federal de 1988, aparece a Educação como direito social, a educação é parte indispensável para tornar as sociedades mais igualitárias, solidárias e integradas (AMÂNCIO FILHO E ALMEIDA, 1995). Conforme o entendimento de Mello (1991) “a nível internacional tem-se que a educação passe a ocupar definitivamente, junto com a política de ciência e tecnologia lugar central na pauta de micropolíticas do Estado”, como “fator para qualificação dos recursos humanos requeridos pelo novo padrão de desenvolvimento”, de forma que “a aquisição de conhecimentos e formação de habilidades cognitivas constitui elementos básicos” para que “as pessoas consigam conviver em ambientes saturados de informações e tenham capacidade para processá-las, selecionar o que é realmente relevante e continuar aprendendo”.

O processo educacional pode ocorrer de forma institucionalizada ou não, pois se analisarmos historicamente a escola nem sempre existiu, mas sempre existiram maneiras de educar as pessoas. Isso significa que a aprendizagem vai além do ambiente escolar e a educação, de uma



forma mais geral, é todo e qualquer processo de ensino e aprendizagem que temos na vida (PERRONE, 2009).

No glossário do Relatório de Monitoramento Educação Para Todos da UNESCO (2008) educação geral é definida como:

Programas elaborados principalmente para levar aos estudantes uma compreensão mais profunda de uma disciplina ou de um grupo de disciplinas, visando principalmente, mas não necessariamente, prepará-los para a educação futura, seja no mesmo nível, seja em um nível mais elevado. Esses programas são tipicamente baseados na escola e podem ou não conter elementos profissionalizantes. A conclusão desses programas não garante aos estudantes uma qualificação de relevância no mercado de trabalho.

Cortella completa ressaltando que ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (CORTELLA, 2005, p. 7)

É sabido que constantemente o processo educacional se torna alvo de discussões e debates que motivam sua evolução em diversos aspectos, em especial no que se diz respeito à condução de metodologias de ensino mais eficazes por meio dos educadores e a valorização da escola no contexto formados dos alunos. Nesses aspectos Gadotti (2000, p. 4) ressalta que:

Enraizada na sociedade de classes escravista da Idade Antiga, destinada a uma pequena minoria, a educação tradicional iniciou seu declínio já no movimento renascentista, mas ela sobrevive até hoje, apesar da extensão média da escolaridade trazida pela educação burguesa. A educação nova, que surge de forma mais clara a partir da obra de Rousseau, desenvolveu-se nesses últimos dois séculos e trouxe consigo numerosas conquistas, sobretudo no campo das ciências da educação e das metodologias de ensino. O conceito de “aprender fazendo” de John Dewey e as técnicas Freinet, por exemplo, são aquisições definitivas na história da pedagogia. Tanto a concepção tradicional de educação quanto a nova, amplamente consolidadas, terão um lugar garantido na educação do futuro.

A finalidade da institucionalização do ensino através da escola é a de proporcionar um ambiente que organize o conhecimento e que favoreça o aprendizado de uma forma planejada, pois é preciso haver um lugar que ensine os conhecimentos legitimados pela sociedade e, para isso, a escola desempenha a sua função social como formadora de sujeitos. No Brasil o método tradicional de ensino surge como uma linha de montagem, onde o aluno vai sendo “montado” e formado pelo professor, passando por diversas fases, que não agregam conhecimento real ao aluno. Superficialmente, através de trechos decorados, o aluno não é educado para pensar, questionar. Ele tem que se submeter ao que o educador diz que é certo, pois, ele é o dono absoluto da verdade. Esse tipo de pensamento, definido ainda na época da ditadura, perdura até os dias de hoje. A ditadura acabou, mas, velhos paradigmas continuam (PERRONE, 2009).

Para Libâneo (2005), a escola é um espaço de educação formal exatamente porque a aquisição de saberes é planejada direcionada para resultar os interesses que organizam a sociedade e surge da necessidade de reforçar um modelo a ser seguido. Ela acaba sendo uma instituição que divide a sociedade em escolarizados e não escolarizados e esse processo de institucionalização, conseqüentemente, também traz um acirramento da questão da divisão de classes sociais na medida em que ser escolarizado ou não é um dos fatores que ajudam a determinar a posição na sociedade que o indivíduo ocupa.



Respeitar os direitos humanos de cada pessoa é reconhecer que toda pessoa é única e que suas características não devem ser usadas pra discriminar. Pelo contrário, respeitar os direitos humanos é tomar consciência de que todos e todas nós somos diferentes, e isto é a grande riqueza da humanidade (PERRONE, 2009).

Desde a época de Platão, o termo educação foi centro dos debates. Para ele era dar ao corpo e a alma toda beleza e perfeição que seja possível. Émile Durkheim a considerava a preparação para a vida. Para Libanêo (1990), a educação do ser humano deve responder às necessidades de seu destino e às leis de sua natureza. Para José Martí, é depositar em cada homem toda a obra da humanidade vivida, é preparar o ser humano para a vida.

A educação é um elemento fundamental para a realização dessa vocação humana. Isto pode ocorrer no âmbito familiar, na sua comunidade, no trabalho, junto com seus amigos, nas igrejas, etc.

Segundo o ICCP (1988) se entende por educação o conjunto de influências que exerce a sociedade sobre o indivíduo. Isso implica que o ser humano se educa durante toda a vida.

Segundo Pucci (2010, p.17) “a educação é a produção de uma consciência verdadeira” e “a educação traz dentro de si uma ambigüidade: ela é ao mesmo tempo adaptação e autonomia”. Ainda para o autor:

Enquanto um processo desenvolvido na difícil relação entre as pessoas na pesada influência das gerações mais velhas sobre as mais novas, com uma importância fundamental na continuidade da espécie humana pela transmissão dos valores culturais, a educação precisa integrar a criança, o jovem na realidade em que vive. A educação seria importante e ideológica se ignorasse o objetivo de adaptação e não preparasse as pessoas para se orientarem no mundo. Porém ela não pode ser apenas um processo de adaptação e seria igualmente questionável se fosse apenas isso, produzindo nada além de pessoas bem ajustadas. (PUCCI, 2010, P.16-17).

Nas sociedades modernas, o conhecimento escolar é quase uma condição para sobrevivência e bem-estar social. Ao mesmo tempo, as pessoas que passam por processos educativos, e em particular pelo sistema escolar, exercem melhor sua cidadania, pois têm melhores condições de realizar e defender os outros direitos humanos (saúde, habitação, meio ambiente, participação política, etc.). A educação escolar é base constitutiva na formação das pessoas, assim como na defesa e na promoção de outros direitos (PERRONE, 2009).

Segundo Lênin (apud. ICCP, 1988), a educação é uma categoria geral e eterna, pois é parte inerente da sociedade desde seu surgimento. Também, a educação constitui um elo essencial no sucessivo desenvolvimento dessa sociedade, a ponto de não conceber progresso histórico-social sem sua presença.

Conceber a educação como direito humano diz respeito a considerar que as pessoas se diferenciam dos outros seres vivos por uma característica inerente à sua espécie: a vocação de produzir conhecimento e, por meio dele, transformar a natureza, organizar-se socialmente e elaborar cultura (PERRONE, 2009).

Para Martins (1990) a educação é um processo de ação da sociedade sobre o educando, visando entregá-lo segundo seus padrões sociais, econômicos, políticos, e seus interesses. Reconhece-se aqui a necessária preparação para a vida, já referida em outras definições e que só se logra a através de convicções fortes e bem definidas de acordo com esses padrões. Por isso é



tão importante, mas que uma definição o mais precisa possível, a caracterização deste objeto de estudo e pesquisa da Pedagogia (PERRONE, 2009).

Por isso, também é chamado de direito de síntese, porque possibilita e potencializa a garantia de outros direitos, tanto no sentido de exigí-los como no de desfrutá-los – atualmente, uma pessoa que nunca frequentou a escola tem mais dificuldades em realizar o direito ao trabalho, por exemplo (PERRONE, 2009).

Educação é uma atividade social, política e econômica, que se manifesta de diversas formas e que seu sistema de ações e operações exercem influências na formação de convicções para o desenvolvimento humano do ser social e do ser individual. Neste último aspecto vale destacar que o ser humano que se pretende construir, desde a óptica como ser social deve ser:

Desenvolvido simultaneamente nos planos, físico e intelectual, que tem consciência clara de suas possibilidades e limitações. Um homem munido de uma cultura que lhe permita conhecer, compreender e refletir sobre o mundo. (MARTINS, 1990, p. 22)

Nos últimos anos, tem ganhado força a proposta de tratar a educação como um direito humano, graças à qual é possível alterar as opções políticas dos Estados e conceder um caráter prioritário ao desenvolvimento do direito à educação para todas as pessoas. O enfoque baseado em direitos humanos também ajuda a identificar a fonte e os responsáveis institucionais ou privados pelas violações, bem como a possibilidade de obter uma reparação quando o direito é violado (PERRONE, 2009).

Resumindo, a educação, como fenômeno inerente à sociedade, é orientação, é processo e expressão de uma cultura sócio-política. Pois como atividade, está constituída por esses aspectos. Por outro lado, sabe-se que o ser humano se realiza culturalmente em tempo e espaço, e que a complexidade dos fenômenos sociais e a quantidade de cultura emanada de muitas gerações, precisam ser otimizadas no tempo. Por isso, e em busca de seu aperfeiçoamento social e individual, surge o processo pedagógico, que não deve confundir-se com o processo docente, com educação, ou com o processo educativo (PERRONE, 2009).

De acordo com Mosca (1992, p. 2):

Se o direito à educação deve ser levado a sério, portanto, é necessário desenvolver estratégias de acompanhamento eficazes”. A recopilação e a análise sistemática de dados apropriados acerca do desempenho educacional, relativo a cada componente do direito à educação, podem cumprir várias funções. Permitem que os países que tenham ratificado instrumentos de direitos humanos relevantes avaliem sua própria implementação, identifiquem deficiências e formulem políticas educacionais que estejam mais de acordo com o direito à educação. O acompanhamento, com a divulgação apropriada das conclusões permite uma análise pública minuciosa do progresso e dos problemas. O acompanhamento eficaz por organizações não-governamentais e por organismos de supervisão internacional também é essencial para responsabilizar os Estados partes pelo cumprimento de tornar efetiva sua responsabilidade em caso da violação destes direitos.

Freire (2000, p. 39) ressalta que: “É próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas o cronológico. O velho que preserva sua validade ou que encarna uma tradição ou marca uma presença no tempo continua novo”.



O processo pedagógico, como aspecto consciente dentro do planejamento educacional, surge a partir das mudanças sofridas pela sociedade e com o objetivo de construir determinado protótipo de ser humano. Por isso, um dos meios importante para influir na construção desse novo ser, é através do adequado planejamento educacional. Os programas, planos, e projetos, resultado dessas atividades de gestão educativa, sejam introduzidos e generalizados como forma ideal para orientar, executar e controlar o trabalho educativo (PERRONE, 2009).

A atitude crítica corresponde situar cada texto ou evento em seu contexto biográfico, social e histórico, além de resgatar a liberdade como capacidade de moldarmos nossa vida e o sentido da sociedade. Todo conhecimento envolve também interesses que criam ideologias que são formas de justificação e também de encobrimento. Ser crítico é tirar a máscara dos interesses escusos e trazer à tona as conexões ocultas. Que interesses estão por detrás dos muitos saberes acadêmicos, especialmente os técnico-científicos? Que tecnologias são propiciadas e a quem servem? (BAYMA, 2005, p.9).

3 PANÓPTICO DE FOUCAULT: UM PARADIGMA PARA A EDUCAÇÃO MODERNA

As ideias de Foucault fornecem um excelente quadro para analisar o contexto institucional em que emergiu a educação moderna. Além disso, há paralelos interessantes a serem traçados entre as iniciativas políticas atuais e as condições de existência das instituições de ensino de massa que passaram a moldar grande parte de nossa sociedade.

Grande parte do trabalho de Foucault enfoca a emergência do estado moderno e o problema do governo. Seu argumento é que a gestão (ou policiamento) de indivíduos como trabalho por meio do conhecimento científico racional (ou pseudocientífico) da população foi 'um elemento indispensável no desenvolvimento do capitalismo' (FOUCAULT, 1978, p. 140-141).

Em *Discipline and Punish*, ele explora as várias maneiras pelas quais, durante o século XVII, o corpo humano se tornou um objeto a ser manipulado e controlado através da criação de instituições como hospitais, asilos, prisões, fábricas e escolas.

O que Foucault chama de um novo conjunto de 'tecnologias disciplinares' - ou técnicas para organizar novas configurações de conhecimento e poder - reuniu-se em torno da objetificação do sujeito humano. O objetivo dessas tecnologias era triplo: conseguir o exercício do poder com o mínimo custo ou esforço; estender os efeitos do poder social à sua intensidade máxima e tão discretamente quanto possível; e terceiro, para aumentar a docilidade e utilidade de todos os elementos do sistema.

Em suma, o objetivo dessas tecnologias disciplinares era forjar, da forma mais econômica e racional possível, 'um corpo dócil que pode ser submetido, usado, transformado e melhorado' (FOUCAULT apud RABINOW 1984, p. 17). A padronização de ação e comportamento através das instituições, portanto, forneceu uma grade disciplinar para a organização do espaço, tempo, trabalho e muitos outros aspectos do comportamento humano. Normalmente, essa grade envolvia a projeção de modelos militares na organização industrial ou educacional.

Como Foucault aponta, o projeto de Jeremy Bentham para a prisão panóptica fornece um exemplo vívido e paradigmático de como essas tecnologias funcionam como sistemas de controle social. O panóptico consiste em uma torre situada no centro de um grande pátio, cercada por uma



série de edifícios divididas em níveis e celas. Cada janela da cela fica sob o escrutínio direto da torre e cada recluso é visível apenas para o vigilante. As celas tornam-se assim "pequenos teatros em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível" (FOUCAULT, 1977, p. 200).

O que é assim alcançado é uma forma de poder que é contínua e anônima, tão perfeita arquitetonicamente que qualquer um poderia operar como os mecanismos de poder enquanto ele estava na posição correta, e qualquer um - criminoso, paciente, desviante, estudante, trabalhador ou esposa - poderia ser submetido a ele. Além disso, 'mesmo que não haja um guardião presente, o aparato de poder ainda funciona perfeitamente: o recluso não pode ver se o guardião é ou não) a torre, então deve se comportar como se a vigilância fosse perpétua e total. Se o prisioneiro nunca tem certeza de quando está sendo observado, ele se torna seu próprio guardião '(RABINOW, 1984, p. 19).

A perfeição arquitetônica do panóptico é tal que também pode ser usado como um mecanismo de observação e controle dos controladores. Como explica Foucault (1977, p. 204):

Nesta torre central, o diretor pode espiar todos os empregados que tem sob suas ordens: enfermeiras, médicos, capatazes, professores, guardas; ele será capaz de julgá-los continuamente, alterar seu comportamento, impor-lhes os métodos que achar melhor; e ainda será possível observar o próprio diretor. Assim, todos estão presos na máquina, aqueles que exercem o poder e aqueles que estão sujeitos a ele. Ao induzir um estado de visibilidade consciente e permanente, o panóptico 'transforma o recluso no instrumento de sua própria subjugação, garantindo assim o funcionamento automático do poder. É simultaneamente individualização e totalização.

A grande maioria das escolas continua a aplicar o sistema de atribuição de notas (1 a 10) aos alunos como meio de comparar o desempenho e avaliar o grau em que estão atingindo os padrões estabelecidos. Este processo constante de vigilância, avaliação, e a classificação dos alunos nas escolas por meio de um sistema de pontuação rígido apoia o argumento de Michel Foucault de uma modalidade disciplinar que ordena as multiplicidades humanas por meio do controle da "produção de conhecimento e habilidades na escola" existente em nossa sociedade fundamentalmente panóptica.

A influência generalizada do panopticismo como mais do que uma estrutura arquitetônica não é um mecanismo disciplinar totalmente dominador e tem seus limites, mas ainda permanece em seu núcleo "essencialmente não igualitário" e prejudicial à sociedade.

Relacionando a normalização do sistema de notas de volta a Foucault e sua crítica às técnicas panóticas pervasivas que controlam tudo, tanto as escolas quanto o sistema de teste padronizado moderno exibem a função de mecanismos disciplinares panóticos em empurrar para uma escrita gramaticalmente correta.

Os inspetores podem olhar para fora da torre e supervisionar a todos constantemente, mas não podem ser vistos pelos prisioneiros. Inseguros de que estão sendo observados, os presos se empenharão em se comportar todo o tempo com medo de serem vigiados ou punidos, "sendo apanhados em uma situação de poder da qual eles próprios são portadores". Da mesma forma que o panopticismo funciona para reformar os prisioneiros, também serve para supervisionar e instruir crianças em idade escolar, confinar os não-educados e colocar os ociosos para trabalhar. O Panóptico é apenas sinônimo da atual estrutura do sistema educacional.



4 PANOPTISMO E A DOCILIZAÇÃO DOS CORPOS NA EDUCAÇÃO UMA ANÁLISE DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO CONCEITO FOUCAULTIANO

Nas escolas, o trabalho dos alunos é constantemente supervisionado por professores e administradores em ambientes regulamentados restritivos. Além disso, os alunos não sabem quem está julgando suas redações e têm visibilidade limitada nesse sentido, apenas sabendo que serão analisadas e fiscalizadas por algumas autoridades.

Essas autoridades especializadas usam o sistema de classificação normalizado para submeter milhões de estudantes à supervisão e pressão para escrever e testar bem, da mesma forma que os prisioneiros são obrigados a se comportar adequadamente em todos os momentos. A estrutura e o objetivo do sistema escolar moderno, uma instituição fundamentalmente valiosa em nossa sociedade, Foucault argumenta que o objetivo dos mecanismos disciplinares panópticos é tornar “possível aumentar o tamanho útil das multiplicidades”, mas às custas da “subordinação irreversível de um grupo de pessoas por outro”.

Em um estudo realizado por Foucault o aluno com a pontuação mais baixa era provavelmente proveniente de um background de baixa renda, conforme demonstrado por seu vocabulário, grafia inadequada indicando falta de educação e pais instruídos. Em comparação, o outro aluno com uma pontuação média era decentemente bem de vida o suficiente para esbanjar em comer uma grande quantidade de junk food e, finalmente, o quarto aluno era tão rico que expressou explicitamente sua incapacidade de compreender e respeitar os alunos mais pobres.

O fato de que pontuações mais altas eram consistentes com economicamente melhores dos alunos indica que a rubrica é projetada para favorecer e promover os ricos, enquanto retém, exige e reforça melhorias na escrita particularizada dos menos afortunados, alinhando-se com o objetivo do poder panóptico de manter controle para a produção de indivíduos habilidosos. Isso apóia a afirmação de Foucault de que os mecanismos panópticos de disciplina são “essencialmente não igualitários e assimétricos”.

As pontuações dadas não representam valores arbitrariamente sem importância, mas têm um papel de comando no controle do futuro do aluno e forçando-o a aumentar suas habilidades de escrita e contribuição útil geral para a sociedade ou risco de desqualificação e invalidação de oportunidades iguais. Aqueles que seguem e aprendem a se conformar ao sistema são recompensados por meio de notas altas, reconhecimento por instituições universitárias, que por sua vez se estende ao reconhecimento por empresas poderosas e com altos salários. Ao contrário, o panopticismo prejudica insidiosamente aqueles que não cumprem ou não podem atender aos critérios do padrão estabelecido.

Vemos esse controle e desigualdade de oportunidades se manifestar até mesmo no sistema escolar atual como indivíduos que nunca aprendem a escrever gramaticalmente ou não.

O poder panóptico pode controlar as penalidades que alguém enfrenta ao escolher não obedecer ao sistema, mas a mecânica disciplinar não se estende ao grau de forçar todos a alcançar os padrões estabelecidos. Recusar a conformidade com a estrutura rígida determinada por apenas alguns poucos indivíduos selecionados no poder, desde o reconhecimento das desvantagens resultantes é possível.



Contudo, mesmo para a minoria de indivíduos que escapam ao controle da sociedade panóptica, a natureza difusa ou panopticismo nas escolas com suas classificações e padrões fixos de sucesso determinados por juízes é injusto e fundamentalmente discriminatório contra aqueles que desejam se expressar livremente, escolher um diferente caminho de vida, ou apenas discordar da mecânica gramatical arbitrária e desnecessária que tem precedência sobre o valor de aprender a buscar um estilo de vida saudável. A escola, tradicionalmente conhecida como local de ensino, é como uma prisão panóptica, utilizando o instrumento da disciplina, consistindo em “hierarquizar indivíduos” e, se necessário, “desqualificar e invalidar” alunos com baixo desempenho para um meio para um fim determinado, neste caso, o panopticismo nas escolas, a avaliação de redações e os testes padronizados são apenas um exemplo de uma instituição assumida por essa forma de disciplina eficiente, mas preconceituosa.

Nossa sociedade hoje é fundamentalmente panóptica. Foucault argumenta que o princípio panóptico derivado da estrutura arquitetônica do Panóptico “deve ser entendido como uma forma de definir as relações de poder em termos da vida cotidiana dos homens”.

O modelo panóptico existe sempre que uma forma de comportamento é imposta a uma multiplicidade de indivíduos. Escolas enraizadas em bases de panopticismo representam apenas a ponta do iceberg. Os adultos que saem bem-sucedidos de um sistema escolar panóptico que recompensa aqueles que obedecem e se conformam têm a oportunidade de viver com decência e bem, onde seguirão um de dois caminhos. Eles continuarão seguindo a mecânica disciplinar a que estão acostumados e continuarão se beneficiando da condição não igualitária do Panopticismo, ou mais importante, se tornarão os “especialistas em normalidade” que ditam e fazem cumprir os padrões nas escolas, locais de trabalho, prisões, ou qualquer ambiente onde “estamos lidando com uma multiplicidade de indivíduos aos quais uma tarefa ou uma forma particular de comportamento deve ser imposta”.

Isso resulta em um ciclo incessante de panopticismo e suas assimetrias cada vez mais insuperáveis, espalhando-se por toda a sociedade sem um fim à vista. O panopticismo é tão fundamental para nossas sociedades e as instituições construídas sobre ele que o caminho para minimizar o controle que a estrutura possui permanece obscuro.

Enquanto se proclama a educação para a cooperação, o cuidado ecológico e sustentável, a solidariedade, a interculturalidade, a convivência ou a resolução pacífica de conflitos nas escolas, a educação militar é financiada e promovida nas salas de aula. É difícil desenvolver a educação para a paz desta forma em nossos centros educacionais, como aparece nos projetos educacionais, ou desenhar planos e programas de mediação para a convivência e resolução pacífica de conflitos.

5 CONCLUSÃO

Como este breve relato argumentou, a política educacional é um discurso de poder. Enquanto as mudanças introduzidas pelo governo atuam diretamente sobre o sujeito individual, a discriminação e o preconceito que delas resultam não são 'pessoais'. Pelo contrário, o processo é extremamente impessoal: a montagem de uma máquina administrativa orientada para a eficiência e a produtividade, cujo objetivo é normalizar e controlar as 'anomalias' do corpo social e forjar sujeitos dóceis e maleáveis.



Embora as medidas sejam, sem dúvida, consistentes com os princípios panópticos de Bentham de "inspeccionabilidade", economia e administração racional, tudo isso está muito longe de "educação" como é entendida pela maioria das universidades. Política governamental, no entanto, prefere um sistema de treinamento e disciplina à educação; um regime ordenado, estruturado de acordo com os princípios do autoritarismo de mercado, onde a Gestão da Qualidade Total, a burocracia das estatísticas e marcas externas de qualidade da variedade tornaram-se substitutos para qualquer medida séria de qualidade na experiência educacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. **Ensino-Aprendizagem da Matemática Recuperação de alunos com baixo desempenho**, Didáxis: Braga, 1993.

AMÂNCIO FILHO, A.; ALMEIDA, J.L.T. Ensino profissionalizante em saúde. **Ensino Profissionalizante em Saúde Boletim Técnico do Senac**, v. 21, n. 1 – 1995. Disponível em: <<http://biblioteca.senac.br/fulltext/pdf/2101038045.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BAYMA, F. (org.) **Educação Corporativa: desenvolvendo e gerenciando competências**. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Constituição Federal**. Brasília, 1988.

FOUCAULT, M. **Discipline and Punish**, Harmondsworth, Penguin, 1977.

FOUCAULT, M. **The History of Sexuality**. Volume one: an introduction. Harmondsworth, Penguin, 1978.

_____. 'Governmentality'. Burchell et al (eds.) **The Foucault Effect: Studies in governmentality**. London: Harvester Wheatsheaf, 1991.

FREIRE, P. **A Importância do Ato de Ler**. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

MELLO, G.N. Políticas públicas de educação. **Estud. av. [online]**, v.5, n.13, p.7-47, 1991. Disponível em Cache, em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000300002. Acesso em: 10 jan. 2021.

MOSCA, J.J.; AGUIRRE, L.P. **Direitos Humanos: pautas para uma educação libertadora**. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

PCN. Ensino Médio; **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2021.

PERRONE, V. Desvendando a aprendizagem: o que as diversas abordagens esclarecem sobre as diferentes maneiras de aprender. **Pátio Revista Pedagógica**, v.13, n.49, ano XIII, p.16-19, 2009.

PUCCI, B.; OLIVEIRA, N.R.; ZUIN, A.A.S. **Adorno: o poder educativo do pensamento crítico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

R.C.G.D. Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás (2000). Graduada em Pedagogia, pela Faculdade Educacional da Lapa (2020). Especialista em História de Brasil e região (2003). Mestranda em Educação PPGE FacMais – Inhumas. Atua como coordenadora do Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás Maria Heleny Perillo.